

EDITORIAL/EDITORIAL NOTE

Maria João Melícias

Miguel Sousa Ferro

No seu número 38, a Revista de Concorrência & Regulação alia-se às celebrações do 10.º aniversário do Círculo dos Advogados Portugueses de Direito da Concorrência.

Aproveitando as excelentes apresentações realizadas por numerosos oradores na conferência organizada pelo CAPDC a 12-13 de abril de 2019 na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com o apoio do Centro de Investigação de Direito Europeu, Económico, Financeiro e Fiscal, a C&R convidou os oradores presentes a contribuir com algumas das suas reflexões, em formato breve, para este número especial da Revista. Sabendo-se da extrema escassez de tempo que assola as práticas de concorrência nacionais, só por si sinal do atual vigor da política

In its Issue 38, the Revista de Concorrência & Regulação joins in on the celebrations of the 10th anniversary of the Portuguese Competition Lawyers Circle.

Taking the opportunity of the excellent presentations delivered by numerous speakers at the conference organized by the PCLC on 12-13 April 2019, at the Lisbon University Law School, with the support of the European, Economic, Financial and Tax Law Research Centre, C&R invited the speakers present to contribute with some of their thoughts, in the brief paper format, to this special issue of the Journal. Knowing all too well the extreme scarcity of time which is felt by the Portuguese Competition Bar, which

de concorrência em Portugal, estamos muito gratos que vários autores tenham respondido favoravelmente a este convite.

Carlos Pinto Correia, Presidente do CAPDC, e Margarida Matos Rosa, Presidente do conselho de administração da Autoridade da Concorrência, discutem o direito e política da concorrência no grande plano, o seu passado, presente e futuro.

Joaquim Caimoto Duarte analisa as regras de controlo de concentrações, em especial em mercados onde se destaca o papel da inovação.

Eduardo Maia Cadete e João Pateira Ferreira olham ambos para as fronteiras entre restrições por objeto e restrições por efeito, o primeiro focando-se nas práticas horizontais e o segundo nas práticas verticais.

Ana Ferreira Neves aborda a concorrência digital e as iniciativas europeias que se têm verificado a esse nível.

Luís do Nascimento Ferreira também aborda os mercados digitais, mas concentrando-se nas questões de abuso de posição dominante.

Este número da C&R conta também com três estudos doutrinários aprofundados.

Marta Campos discute o enquadramento teórico e a experiência prática do Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão nos pedidos de controlo judicial de atos do Ministério Público, no âmbito de investigações de práticas restritivas

is in itself a sign of the current vigour of competition enforcement in Portugal, we are very grateful to the various authors who responded favourably to our invitation.

Carlos Pinto Correia, President of the APCL, and Margarida Matos Rosa, Presidente of the Board of the Portuguese Competition Authority, discuss Competition Law and policy in the larger picture, its past, present and future.

Joaquim Caimoto Duarte discusses merger control, with special focus on markets where innovation plays a decisive role.

Eduardo Maia Cadete and João Pateira Ferreira both look at the boundaries between object restrictions and effects restrictions, the first on horizontal practices and the second on vertical practices.

Ana Ferreira Neves tackles digital competition and the European initiatives which have been taking place at that level.

Luís do Nascimento Ferreira also tackles digital markets, but focusing specifically on problems of abuse of dominance.

This issue of C&R is also host to three in-depth research papers.

Marta Campos discusses the theoretical framework and the practical experience of the Portuguese Competition, Regulation and Supervision Court in

da concorrência. A autora almeja pôr termo a uma controvérsia que tem gerado litigância significativa perante o Tribunal, sendo decidida consistentemente do mesmo modo, bem como esclarecer outras questões que permanecem abertas.

Luís Guilherme Catarino analisa, numa abordagem constitucionalista, o segredo e a sua proteção ou desproteção no contexto do exercício de poderes de supervisão e sancionatórios por entidades reguladoras. O autor chama a atenção, nomeadamente, para a importância da dimensão temporal na aferição do segredo, em vários sentidos. Mostra-se também atento ao impacto do desenvolvimento das novas tecnologias sobre esta temática e a associada modificação de perceções e expectativas sociais.

Por último, Fernando Batista recorre à sua vasta experiência prática de contratação pública e a um levantamento da jurisprudência nacional para construir uma posição unificada sobre a fronteira da (i)legalidade na apresentação de propostas, num mesmo procedimento concorrencial, por operadores económicos ligados entre si, quer ao abrigo do direito da concorrência (por remissão), quer estritamente ao abrigo do direito da contratação pública.

what concerns requests for judicial review of acts of the Public Prosecutor Office, in the scope of investigations of antitrust practices. The author aims at putting to rest a controversy which has generated significant litigation before the Court and has been consistently decided in the same manner, as well as clarifying other issues which remain open.

Luís Guilherme Catarino examines, in a constitutional approach, secrecy and the protection or unprotection thereof in the exercise of supervisory and sanctioning powers by regulatory authorities. The author stresses, inter alia, the importance of the temporal dimension when assessing secrecy, at several levels. He also expresses concern for the impact of the development of new technologies on this subject matter, and the connected change of social perceptions and expectations.

Lastly, Fernando Batista draws on his extensive practical experience of public procurement and a review of national case-law to build a unified position on the boundaries of (i)legality in the submission of bids, within the same tender procedure by economic agents linked together, either under competition law (by reference made to it) or strictly under public procurement Law.